

CONCONTROLE - Conselho dos Controladores dos Municípios da AMAVI

ATA DA REUNIÃO – 27/08/2021

Às 09 (nove) horas do dia 27 (vinte e sete) do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte e um) reuniram-se no auditório da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, localizada na cidade de Rio do Sul, os Controladores Internos do Alto Vale do Itajaí, com o objetivo de falar sobre: 1 – LGPD – Lei Geral de Proteção de dados; 2 – SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle; 3 – Sistema de Controle Interno e suas Macrofunções; 4. Assuntos diversos. O presidente Ronaldo deu início aos trabalhos, lendo a pauta do dia e passando a palavra para Gregory, TI da Amavi, que explanou sobre LGPD e esclareceu dúvidas dos presentes. Ele ressaltou a importância de fazer um levantamento sobre os pontos de entradas de dados dos municípios, quais dados são colhidos e como são tratados, que este levantamento irá gerar um relatório de impacto. De definir os Atores da LGPD, controlador, operador e encarregado, sendo que podem ser terceirizados e reforçou a importância de conseguir o consentimento do titular do dado. Esclareceu que, posso divulgar um dado somente em virtude da Lei e que a LGPD menciona exceções. Chamou a atenção para a necessidade de adequação retroativa e comentou que há dois cursos gratuitos sobre LGPD, que serão enviados os links no grupo de WhatsApp. Em seguida o Presidente Ronaldo mostrou quais documentos foram realizados por Rio do Sul e até onde o município já regulamentou a LGPD, ressaltou a importância de adequar os contratos com as empresas de informática para incluir a responsabilidade sobre os dados LGPD. Ato contínuo, Rafael explanou sobre SIAFIC, que não ficou ao cargo do controle interno, mas que após formulado o plano de ação, este deveria ser encaminhado para ciência do controle interno. Foi enfatizada a importância de monitorar a execução do plano, para averiguar a necessidade de nova licitação de software ou não. Rafael comentou que, está em discussão a possibilidade que alguma empresa certifique os softwares mais utilizados quanto ao SIAFIC, para facilitar esta análise pelos municípios. Adentrando ao último tema, sobre as macrofunções do Controle interno, Controladoria, Auditoria, Corregedoria, Transparência e Ouvidoria, foi ressaltado que a maior parte dos municípios possuem um único controlador e que é difícil abranger todas as funções. Alguns municípios informaram que estão sendo pressionados para assinar TAC com o Ministério Público das Macrofunções, sendo uma obrigação a implantação da corregedoria, sobre a qual os municípios ressaltaram a dificuldade de pessoal e a dificuldade prática de identificar quais as funções e critérios mínimos de corregedoria, bem como o limite entre as atribuições do Controle Interno e do responsável pelo RH. Neste sentido, foi sugerido o aprofundamento das Macrofunções em futuras reuniões, principalmente Corregedoria. Foi sugerido também o aprofundamento sobre auditoria governamental. Nos assuntos diversos, Rafael chamou a atenção para o envio das informações via esfinge online, sendo que foi repassado que a partir de 15 de setembro pode ser enviada a carga inicial de atos de pessoal e que quanto aos atos jurídicos estão vendo que a maioria está enviando com atraso de até 15 dias ou mais. Frisou que o responsável do Tribunal de Contas informou que, este atraso dificulta a conformidade das informações dos painéis de divulgação do Tribunal de Contas, tidos como painéis de oportunidades, como licitações em andamento e painel de gastos com educação. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Ronaldo, Coordenador do Concontrole, às 12h15min, deu por encerrada a reunião. Eu, Carla Floriano Batisti o digitei e conferi, Rio do Sul, 27 (vinte e sete) de agosto de 2021 (dois mil e vinte e um).